

**13º PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE
ESTAGIÁRIOS – ÁREA: DIREITO**

PROVA

Candidato: _____

PROVA OBJETIVA E SUBJETIVA

APLICAÇÃO: 20/05/2012

INSTRUÇÕES

- Para seu melhor desempenho, **procure utilizar bem o tempo de prova;**
- Verifique se esta prova contém 50 questões objetivas e duas perguntas dissertativas;
- Para cada questão objetiva existe apenas uma assertiva correta;
- Somente será considerada para correção a folha de resposta;
- **Marque na folha de resposta apenas uma letra para cada questão,** preenchendo-a ou marcando um “X” com caneta esferográfica preta ou azul; mais de uma letra preenchida implicará anulação da questão;
- **Não haverá substituição da folha de respostas;**
- Não é permitida qualquer consulta;
- A resolução das questões objetivas e das subjetivas, bem como o preenchimento da folha de resposta, deverão ser realizados no prazo total de 04 (quatro) horas;
- Este caderno de questões deve ser entregue ao final da prova.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Amapá
13º Processo Seletivo para a Contratação de Estagiários

DIREITO CONSTITUCIONAL

1- O Ministério Público da União, que tem por chefe o Procurador-Geral da República, não contém em sua estrutura:

- a) O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União
- b) O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
- c) O Ministério Público do Trabalho
- d) O Ministério Público Militar

2- Compõe-se o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de:

- a) Quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade
- b) Quatorze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade
- c) Quinze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade
- d) Quatorze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e seis anos de idade

3- São bens da União:

- a) A Floresta Amazônica e a Mata Atlântica
- b) Os lagos, rios e quaisquer correntes de água que banhem mais de um município ou território onde haja ocupação indígena
- c) Os recursos minerais, excluídos os do subsolo
- d) Os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva

4- É legitimado a propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade e a Ação Declaratória de Constitucionalidade no Supremo Tribunal Federal:

- a) O Presidente do Congresso Nacional
- b) Partido político com representação no Congresso Nacional
- c) O Presidente da Câmara dos Deputados
- d) O Procurador-Geral de Justiça, chefe de Ministério Público Estadual ou do Distrito Federal

5- Quanto ao mandato do Procurador-Geral da República, assinale a alternativa **correta**:

- a) O Procurador-Geral da República é nomeado para mandato de dois anos, permitida a recondução
- b) O Procurador-Geral da República é nomeado para mandato de dois anos, permitida uma recondução
- c) O Procurador-Geral da República é nomeado para mandato de dois anos, vedada a recondução
- d) O Procurador-Geral da República é livremente nomeado pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, não possuindo mandato.

DIREITO ADMINISTRATIVO

6- Sobre os poderes da Administração, considere:

I - Faculdade de que dispõem os Chefes de Executivo de explicitar a lei para sua correta execução, ou de expedir decretos autônomos sobre matéria de sua competência ainda não disciplinada em lei.

II - Poder de que dispõe o Executivo de distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de subordinação entre os servidores de seu quadro de pessoal.

Estes conceitos referem-se, respectivamente, aos poderes

- a) Regulamentar e hierárquico
- b) Normativo e disciplinar
- c) Disciplinar e discricionário
- d) De polícia e hierárquico

7- À vista dos princípios fundamentais da Administração Pública, avalie:

I - Dever pelo qual todo servidor público deve prestar seus serviços à Administração com honestidade, atuando no exercício de suas funções sempre objetivando realizar os interesses públicos, sem se aproveitar dos poderes ou facilidades deles originados em proveito próprio ou de outrem a quem queira favorecer.

II - É decorrente dos Princípios da Legalidade e Moralidade, como é também o cumprimento apropriado dos fins precípuos de administração.

As assertivas acima se referem ao(s)

- a) Princípio da Finalidade, em ambos os casos
- b) Princípio da Proibição Administrativa, em ambos os casos
- c) Princípio da Eficiência, em ambos os casos
- d) Princípio da Eficiência e Proibição Administrativa, respectivamente.

8- Dispõe o §6º do artigo 37 da Constituição Federal vigente: "As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa".

Consoante a doutrina majoritária, consagra-se no texto constitucional a responsabilidade civil objetiva da Administração sob a modalidade:

- a) Do risco integral
- b) Da culpa administrativa
- c) Do risco integral temperado
- d) Do risco administrativo



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Amapá
13º Processo Seletivo para a Contratação de Estagiários

9- Em relação ao tema “Classificação dos bens públicos”, em qual das hipóteses abaixo se enquadram os edifícios das repartições públicas e os veículos automotores pertencentes à Administração utilizados nos serviços públicos.

- a) Bens de uso comum do povo ou do domínio público
- b) Bens de uso especial ou do patrimônio administrativo
- c) Bens dominiais ou do patrimônio disponível
- d) Bens do patrimônio fiscal livremente alienáveis

10- O servidor público federal Antônio veio a ser demitido do serviço público federal por meio de procedimento administrativo interno. Em seguida, Antônio ajuíza ação judicial postulando seu retorno ao serviço público, haja vista alegada nulidade no feito administrativo. Após a tramitação da ação ocorre o trânsito em julgado da decisão judicial determinando o retorno de Antônio ao seu cargo público federal.

A hipótese narrada acima é nomeada como o instituto:

- a) Da reversão
- b) Da reintegração
- c) Da reativação
- d) Da recondução

DIREITO CIVIL

11- Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país:

- a) A partir da data em que oficialmente publicada
- b) 15 (quinze) dias depois de oficialmente publicada
- c) 30 (trinta) dias depois de oficialmente publicada
- d) 45 (quarenta e cinco) dias depois de oficialmente publicada

12- Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
- b) Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige, prevalecendo, contudo, as exigências dos interesses particulares.
- c) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.
- d) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

13- Assinale a alternativa **correta**:

- a) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil, além de outros arrolados no Código Civil e legislação extravagante, os

ébrio habitual e os viciados em tóxicos.

- b) Um dos modos elencados no Código Civil para cessar a incapacidade civil dos menores de 18 (dezoito) anos de idade é a manutenção de união estável, independentemente do sexo do(a) companheiro(a).
- c) A existência da pessoa natural termina com a morte, presumindo-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva.
- d) Se 2 (dois) ou mais sujeitos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, presumir-se-á primeiramente ter morrido o mais idoso.

14- Assinale a alternativa **incorreta**:

São arroladas pelo Código Civil como pessoas jurídicas de direito público interno, entre outras:

- a) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios
- b) Os municípios e suas autarquias
- c) As associações públicas regularmente criadas
- d) Os partidos políticos

15- Relativamente ao tema “Dos Bens”, assinale a alternativa **correta**, conforme o Código Civil:

- a) Os materiais separados de um prédio, inobstante provisoriamente e para serem reempregados, perdem o caráter de imóveis
- b) São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social.
- c) São consumíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade
- d) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial, em certas hipóteses descritas na lei substantiva civil, são alienáveis, para o que não é exigida licitação.

16- Assinale a alternativa **correta**:

Antônio, tentando viciar a declaração da vontade de Carlos, incute a esse fundado temor de dano iminente e considerável ao grupo familiar de Carlos, uma vez ser Antônio sabidamente pessoa de índole agressiva. Tem-se aí o instituto:

- a) Do estado de perigo
- b) Da lesão
- c) Da coação
- d) Da “*actio vis corporae*”, animada pelo dolo.

17- Assinale a alternativa **correta**:

- a) O dono do edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos, cuja necessidade fosse manifesta
- b) O dono, ou detentor, do animal ressarcirá o dano por este causado, ainda que provada a culpa da vítima



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Amapá
13º Processo Seletivo para a Contratação de Estagiários

- c) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la são intransmissíveis por força de lei
d) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem, em virtude do princípio de direito que veda o enriquecimento sem causa, poderá sempre reaver o que houver pago daquele por quem pagou.

18- Assinale a alternativa correta:

O empréstimo gratuito de coisas não fungíveis e que se perfaz com a tradição do objeto tem o nome de:

- a) Mútuo
b) Mútuo feneraticio
c) Cessão não-onerosa
d) Comodato

19- Em relação ao tema “Efeitos da posse”, assinale a alternativa correta:

- a) O possuidor pode intentar a ação de esbulho, ou a de indenização, contra o terceiro, que recebeu a coisa esbulhada sabendo ou não que o era.
b) O possuidor de boa-fé tem direito, enquanto ela durar, aos frutos percebidos.
c) Os frutos naturais e industriais reputam-se colhidos e percebidos, logo que são separados, enquanto os civis reputam-se percebidos mês a mês.
d) Não induzem posse os atos de mera permissão ou tolerância assim como não autorizam a sua aquisição os atos violentos, ou clandestinos, desimportando o cessamento da violência ou clandestinidade.

20- Em relação ao tema “Alimentos”, assinale a alternativa correta:

- a) O novo casamento do cônjuge devedor não extingue a obrigação constante da sentença de divórcio
b) O Código Civil estatui que a obrigação de prestar alimentos é intransmissível aos herdeiros do devedor
c) O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros, havendo anuência dos obrigados para tanto.
d) Pode o credor não exercer, porém lhe é permitido repassar a outrem, por ato inter-vivos, o direito a alimentos, instituto denominado tradição alimentar.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

21- O juiz dará curador especial:

- a) Ao réu que, regularmente citado, não apresentar resposta
b) Ao réu preso revel e que foi citado por edital ou com hora certa
c) Ao incapaz, se não tiver representante legal, ou se

os interesses deste colidirem com os daquele
d) Unicamente ao absolutamente incapaz, se não tiver representante legal, ou se os interesses deste colidirem com os daquele

22- Em relação ao tema Jurisdição, assinale a alternativa correta:

- a) À vista das atuais posições doutrinárias e jurisprudenciais, podem os juízes brasileiros atuar jurisdicionalmente sem a existência de processo judicial, em vista de serem os magistrados agentes políticos.
b) Subdivide-se a jurisdição civil em contenciosa, voluntária e extrajudicial, essa última sob a forma dos termos de ajustamento de conduta.
c) Nenhum juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e formas legais.
d) Objetiva, atualmente, trazer o juiz próximo às massas sociais, as quais devem ser sempre prestigiadas com a realização de audiências públicas, ainda que inexista ação judicial ajuizada.

23- Assinale a alternativa incorreta:

- a) É dever da parte e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo expor os fatos em juízo conforme a verdade e proceder com lealdade e boa-fé.
b) É dever da parte e de todos aqueles que de qualquer forma participam do processo não formular pretensões, nem alegar defesa, cientes de que são destituídas de fundamento.
c) Reputa-se litigante de má-fé aquele que interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório.
d) É permitido às partes e seus advogados, a critério do juiz, empregar expressões injuriosas nos escritos apresentados no processo, não se admitindo interferências judiciais nos textos apresentados.

24- Consoante o Código de Processo Civil, ao Ministério Público compete intervir:

- a) Nas causas concernentes ao estado da pessoa, pátrio poder, curatela, interdição, casamento, declaração de ausência e disposições de última vontade.
b) Apenas nas causas em que há interesses de absolutamente incapazes
c) Nas ações que envolvam litígios individuais pela posse de terra rural
d) Em todas as ações em que um ente público conste como autor ou réu.

25- Assinale a alternativa correta:

- a) O juiz da causa principal é também competente para a reconvenção e a ação declaratória incidente, mas não para as ações de garantia e outras que



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Amapá
13º Processo Seletivo para a Contratação de Estagiários

respeitam ao terceiro interveniente.

- b) A competência em razão da matéria e da hierarquia é derogável por convenção das partes
- c) Reputam-se conexas duas ou mais ações, quando lhes for comum o objeto ou a causa de pedir
- d) A ação fundada em direito pessoal e a ação fundada em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do autor.

26- Assinale a alternativa **correta**:

- a) O processo civil começa por iniciativa da parte e por impulso dela se desenvolve.
- b) Durante a suspensão processual é defeso a prática de qualquer ato processual, sem previsão de ressalvas na legislação processual.
- c) Extingue-se o processo com resolução de mérito quando o autor desistir da ação
- d) Extingue-se o processo com resolução de mérito quando o juiz pronunciar a decadência ou a prescrição.

27- Assinale a alternativa **correta**:

- a) A contestação e a reconvenção serão oferecidas simultaneamente, em peças autônomas; a exceção será processada em apenso aos autos principais
- b) O réu poderá oferecer, no prazo de 10 (dez) dias, em petição escrita, dirigida ao juiz da causa, exceção e reconvenção
- c) A desistência da ação acarreta a pronta extinção da reconvenção
- d) Julgar-se-ão em sentenças distintas a ação e a reconvenção.

28- Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito, o juiz decidirá em forma concisa
- b) Quando o autor tiver formulado pedido certo, permite-se ao juiz proferir sentença ilíquida.
- c) São requisitos essenciais da sentença o relatório, os fundamentos da decisão e o dispositivo decisório.
- d) A sentença deve ser certa, ainda quando decidida relação jurídica condicional.

29- Assinale a alternativa **correta**:

- a) O recorrente poderá, a qualquer tempo, desde que com a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso
- b) A renúncia ao direito de recorrer reclama aceitação prévia da outra parte.
- c) A parte, que aceitar expressa ou tacitamente a sentença, não poderá recorrer
- d) Será recebida em seu efeito devolutivo e suspensivo a apelação interposta de sentença que condenar à prestação de alimentos

30- Assinale a alternativa **incorreta**:

Conforme o Código de Processo Civil não faz coisa julgada:

- a) O motivo, ainda que importante para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença
- b) A verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença
- c) A apreciação da questão prejudicial, decidida incidentalmente no processo
- d) O dispositivo de sentença de juiz de 1º grau não atacado por recurso de apelação.

DIREITO PENAL

31- Assinale a alternativa **correta**:

- a) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais, cíveis e administrativos da sentença condenatória.
- b) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- c) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, a menos que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- d) De acordo com posicionamento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal são inconstitucionais as leis penais excepcionais ou temporárias.

32- Pelo estabelecido no Código Penal, diz-se o crime como consumado quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal, enquanto o crime tentado ocorre quando, iniciada a execução, o intento não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

Em relação à tentativa, assinale a alternativa **correta**:

- a) Pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço).
- b) Pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de 1 (um) a 2/3 (dois terços)
- c) Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço).
- d) Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de 1 (um) a 2/3 (dois terços).

33- Assinale a alternativa **correta**:

Pedro adentra astuciosamente em uma residência praiana ao tempo em que os proprietários do imóvel



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Amapá
13º Processo Seletivo para a Contratação de Estagiários

banhavam-se no mar. Todavia, em que pese ter à disposição os bens materiais da família, Pedro resolve se retirar da casa sem nada subtrair. Trata-se:

- a) De hipótese de arrependimento eficaz; Pedro responderá por tentativa de furto.
- b) De hipótese de desistência voluntária; Pedro responderá por tentativa de furto.
- c) De hipótese de arrependimento eficaz; Pedro responderá por tentativa de invasão de domicílio
- d) De hipótese de desistência voluntária; Pedro responderá por invasão de domicílio.

34- Quanto ao tema “Do concurso de pessoas”, sabe-se que todo aquele que, de qualquer modo, concorrer para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

Assinale a alternativa **incorreta**:

- a) Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter, ainda quando elementares do crime
- b) Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço)
- c) O ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, salvo disposição expressa em contrário, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.
- d) Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste, devendo essa pena ser aumentada até a 1/2 (metade), na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.

35- Assinale a alternativa **correta**:

O agente que pratica fato típico em estrito cumprimento do dever legal

- a) Não comete crime, uma vez sua conduta não ser culpável
- b) Não comete crime, uma vez sua conduta não ser ilícita
- c) Comete crime, mas receberá pena atenuada
- d) Comete crime, mas estará isento de punibilidade.

36- Qual a classificação é dada pelo Código Penal à situação em que, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, o agente, ao invés de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa, vindo a responder como se tivesse praticado o crime contra aquela?

- a) Resultado diverso do pretendido
- b) “*aberratio criminis*”
- c) Erro na execução
- d) “*aberratio in aberratio*”

37- Pedro, Tiago e Marcos são flagrados no exato momento em que se reuniam para planejar um roubo. Na hipótese está configurada:

- a) Tentativa de roubo
- b) Formação de quadrilha
- c) Tentativa de formação de quadrilha
- d) Fato atípico

38- Consoante o Código Penal, no crime de peculato culposo, a reparação do dano antes do trânsito em julgado da sentença será considerada como:

- a) Causa de extinção da punibilidade
- b) Circunstância atenuante
- c) Excludente de tipicidade
- d) Excludente da culpa

39- Servidor público federal que, mediante grave ameaça com armamento de fogo, subtrai uma motocicleta de particular, utiliza-a para uma viagem a passeio no final de semana e depois a estaciona em frente à residência da vítima pratica:

- a) Peculato
- b) Roubo qualificado
- c) Roubo simples
- d) Roubo de uso

40- Nos crimes contra a honra, disciplinados no Código Penal, qual a consequência advirá ao querelado que, antes da sentença, vem a se retratar cabalmente da calúnia ou da difamação?

- a) Receberá pena reduzida de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço)
- b) Receberá pena reduzida de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços)
- c) Ficará isento de pena
- d) Nenhuma das respostas acima.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

41- Tratando-se do tema “Ação Penal”, prevê o artigo 24 do Código de Processo Penal que nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

Para o caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará:

- a) Ao cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou colateral até o 4º grau
- b) Ao cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou colateral até o 2º grau
- c) Ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão
- d) Ao cônjuge, se vivo, e, na sua falta, aos descendentes.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Amapá
13º Processo Seletivo para a Contratação de Estagiários

42- Ainda abordando o tema “Ação Penal” e “Direito de Representação” assinale a alternativa **correta**:

- a) A representação será irretratável, depois de recebida a denúncia
- b) A representação será irretratável, depois de distribuída a denúncia
- c) A representação será retratável nos crimes de menor potencial ofensivo, incondicionadamente.
- d) A representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia.

43- Consoante o Código de Processo Penal vigente, em caso de o indiciado ter sido preso em flagrante ou preventivamente o inquérito policial deverá terminar no prazo de:

- a) 5 (cinco) dias
- b) 10 (dez) dias
- c) 15 (quinze) dias
- d) 30 (trinta) dias

44- O Código de Processo Penal prevê a oposição das exceções de suspeição, incompetência de juízo, litispendência, ilegitimidade de parte e de coisa julgada.

Assinale a alternativa **correta** a ser adotada pelo juiz que espontaneamente afirmar suspeição:

- a) Deverá manifestar suspeição por escrito, declarando o motivo legal, e remeterá imediatamente o processo ao seu substituto, intimadas as partes
- b) Deverá manifestar suspeição por escrito, declarando o motivo legal, e remeterá imediatamente o processo ao Tribunal vinculado, para homologação, intimadas as partes.
- c) Deverá manifestar suspeição por escrito, de modo conciso e sem justificção legal, e remeterá os autos ao substituto, informando ao Tribunal vinculado.
- d) Deverá manifestar suspeição oralmente ao magistrado substituto, que avocará o processo penal, intimadas as partes.

45- Quanto ao tema “Prova”, assinale a alternativa **correta**:

- a) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos colhidos na investigação, em virtude do Princípio da Verdade Real.
- b) A prova da alegação incumbirá a quem a fizer, vedado ao juiz quaisquer hipóteses de atuação de ofício
- c) São inadmissíveis, devendo ser desentranhadas do processo, as provas ilícitas, assim entendidas as obtidas em violação a normas constitucionais ou legais, ressalvadas as hipóteses de crimes hediondos.

d) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

46- O artigo 159 do Código de Processo Penal, com a redação trazida pela Lei nº 11.690, de 2008, dispõe que o exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior.

No entanto, na falta de perito oficial, o §1º do referido artigo 159 prevê que o exame de corpo de delito:

- a) Será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.
- b) Será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior em ciências jurídicas e sociais, medicina ou biomedicina, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame.
- c) Será realizado por 1 (uma) pessoa idônea, portadora de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiveram habilitação técnica relacionada com a natureza do exame
- d) Poderá ser dispensado pelo juiz, em virtude do princípio constitucional da razoável duração do processo.

47- Reza o Código de Processo Penal poder qualquer das partes pedir ao juiz que declare a sentença, sempre que nela houver obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão.

O prazo para tal pedido é:

- a) 5 (cinco) dias
- b) 3 (três) dias
- c) 2 (dois) dias
- d) 48 (quarenta e oito) horas

48- Dispõe o Código de Processo Penal serem de regra os recursos voluntários, excetuando-se o (s) seguinte (s) caso (s), em que o juiz de ofício deverá submeter à apreciação do Tribunal vinculado a decisão prolatada:

- a) Da sentença denegatória de “*habeas corpus*” e do despacho denegatório de recebimento de apelação criminal
- b) Da sentença denegatória de “*habeas corpus*” e dos despachos denegatórios de recebimento de recurso em sentido estrito e apelação criminal
- c) Das sentenças absolutórias que reconheçam não constituir o fato infração penal



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Amapá
13º Processo Seletivo para a Contratação de Estagiários

d) Das sentenças que concederem “*habeas corpus*”.

49- Assinale a alternativa **correta**:

- a) Interposto o recurso em sentido estrito conforme o previsto no artigo 586 do Código de Processo Penal, ao recorrente se abrirá o prazo de 10 (dez) dias para oferecer suas razões.
- b) Caberá recurso, no sentido estrito, consoante o disposto no artigo 581 do Código de Processo Penal, de decisões e despachos judiciais, mas não de sentenças, as quais serão atacadas unicamente por apelação criminal.
- c) De acordo com o Código de Processo Penal, interposto o recurso de apelação criminal, o apelante e, depois dele, o apelado terão o prazo de 8 (oito) dias cada um para oferecer razões, salvo nos processos de contravenção, em que o prazo será de 3 (três) dias.
- d) No recurso de apelação criminal cabe ao recorrente atacar todo o julgado proferido, obrigatoriamente, em face do princípio da eventualidade que norteia o processo penal.

50- Estatui a Lei 8.072, de 25 de julho de 1990, que os condenados em crimes hediondos, prática da tortura, tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e terrorismo poderão progredir de regime:

- a) Com o cumprimento de 2/5 (dois quintos) da pena, se o apenado for primário, e de 3/5 (três quintos), se reincidente.
- b) Com o cumprimento de 1/3 (um terço) da pena, se o apenado for primário, e de 2/3 (dois terços), se reincidente.
- c) Com o cumprimento de 3/5 (três quintos) da pena, independentemente de o apenado ser ou não reincidente, conforme orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal.
- d) Com o cumprimento de 2/3 (dois terços) da pena, independentemente de o apenado ser ou não reincidente, conforme orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal.